

Laborum Meta: arte e sociedade no Cemitério de São João Batista, em Manaus

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo sobre a centenária necrópole localizada na capital amazonense. A partir da análise dos túmulos e jazigos do Cemitério de São João Batista buscar-se-á refletir, por meio de suas formas e símbolos, mudanças nas atitudes da época em relação à morte e aos mortos e como determinados setores da sociedade utilizaram esse espaço para afirmarem suas posições. Assim como outras grandes obras da época da capital amazonense, o cemitério fazia parte de um pacote de modernização da capital, em processo de transformação entre fins do século XIX e início do século XX, período áureo da economia gomífera. Localizado na zona Centro-Sul de Manaus, foi inaugurado no dia 05 de abril de 1891, no Governo de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Com sua abertura deu-se encerramento aos enterros nos antigos cemitérios de São José, em funcionamento desde 1856 e localizado no Centro da cidade, e de São Raimundo, em funcionamento desde 1888 e localizado em bairro homônimo. Logo, a cidade inaugurava novas sociabilidades entre vivos e mortos.

Palavras-chave: Cemitério; Manaus; Morte; Arte.

* Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Atualmente é Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). CV: <http://lattes.cnpq.br/3692449762532927>

** Mestrando em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Aluno do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Atua como Professor de História do Curso Preparatório Paradigma, PARADIGMA, em Manaus. CV: <http://lattes.cnpq.br/4692301245677969>

Laborum Meta: art and society at the São João Batista Cemetery, in Manaus

ABSTRACT

This article presents a study on the centuries-old necropolis located in the capital of Amazonas. From the analysis of the tombs and deposits of the São João Batista Cemetery, we will seek to reflect, through their forms and symbols, changes in the attitudes of the time concerning death and the dead and how certain sectors of society used this space to assert their positions. Like other major works at the time in the capital of Amazonas, the cemetery was part of a modernization package for the capital, in a process of transformation between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, the golden period of the gum economy. Located in the Center-South area of Manaus, it was inaugurated on April 5, 1891, under the Government of Eduardo Gonçalves Ribeiro. With its opening, burials ended in the old cemeteries of São José, in operation since 1856 and located in the city center, and São Raimundo, in operation since 1888 and located in the neighborhood of the same name. Soon, the city opened new sociability between the living and the dead.

Keywords: Cemetery; Manaus; Death; Art.

Laborum Meta: arte y sociedad en el Cementerio de São João Batista, em Manaus

RESUMEN

Este artículo presenta un estudio sobre la centenaria necrópolis ubicada en la capital de Amazonas. A partir del análisis de las tumbas y depósitos del Cementerio de São João Batista, buscaremos reflejar, a través de sus formas y símbolos, los cambios en las actitudes de la época en relación a la muerte y a los difuntos y cómo ciertos sectores de la sociedad utilizaron este espacio para hacer valer sus posiciones. Como otras obras importantes de la época en la capital amazónica, el cementerio formó parte de un paquete de modernización de la capital, en un proceso de transformación entre finales del siglo XIX y principios del XX, la época dorada de la economía de la goma. Ubicado en la zona Centro-Sur de Manaus, fue inaugurado el 5 de abril de 1891, bajo el gobierno de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Con su apertura, finalizaron los entierros en los antiguos cementerios de São José, en funcionamiento desde 1856 y ubicado en el centro de la ciudad, y de São Raimundo, en funcionamiento desde 1888 y ubicado en el barrio del mismo nombre. Después de eso, la ciudad abrió nuevas sociabilidades entre vivos y muertos.

Palabras-clave: Cementerio; Manaus; Muerte; Arte.



Os cemitérios, tal como conhecemos hoje, são frutos de uma nova concepção sobre a morte desenvolvida entre fins do século XVIII e a segunda metade do século XIX. Tradicionalmente, da Idade Média até meados do século XIX, em busca de salvação e proteção para a alma, as pessoas eram enterradas *ad sanctos apud ecclesiam*, isto é, dentro e ao redor das igrejas (Ariès, 1989; Rodrigues, 1997; Cymbalista, 2002). Porém, profundas transformações modificaram as práticas funerárias.

Na Europa do século XVII, no processo de “observação da natureza” e “reorganização das ciências médicas” (Gomes, 1953), os médicos Thomas Sydenham e Giovanni Maria Lancisi desenvolveram a teoria miasmática, segundo a qual os odores expelidos de matérias putrefatas eram responsáveis pelo aparecimento de graves doenças (Silva, Lins, Castro, 2017). Essa tese ganhou corpo entre os séculos XVIII e XIX, dominando as discussões sobre a urbanização e saneamento das cidades, que em sua maioria eram construídas sem nenhum tipo de planejamento, tornando-se focos de epidemias. Além dos pântanos, esgotos a céu aberto, ruas, casas e estabelecimentos comerciais, os enterros feitos no interior ou ao redor das igrejas tornaram-se alvos das intervenções sanitárias levadas a cabo pelas autoridades políticas e médicas. Entre fins do século XVIII e início do século XIX, o pensamento ilustrado estava em pleno desenvolvimento. Concomitantemente, a cidade tornou-se questão de primeira ordem, dada a expansão urbana. Como organizar seu espaço, moradores, produção e administração? É nesse contexto, de acordo com Michel Foucault, que surge a medicina social. A cidade deixa de ser vista apenas como local de moradia e trabalho, sendo agora encarada como um local inseguro, habitado por classes perigosas, palco de epidemias e antro de desorganização. O filósofo cita os cemitérios como um dos vários medos urbanos setecentistas e oitocentistas (Foucault, 1979, p. 87).

A partir de 1740-1750 surgiram os primeiros movimentos contra a permanência dos cemitérios na cidade e, por volta de 1780, teve início a transferência deles para fora da área urbana (Foucault, 1979, p. 89). Essa transição não ocorreu de imediato após a publicação de leis e decretos. Os cemitérios extramuros demoraram a ser construídos, posto que diferentes camadas das sociedades apresentaram descontentamento e resistência contra esses espaços. A historiadora portuguesa Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira registra que esse processo ocorreu de forma tardia, em Portugal, com os legisladores e autoridades sanitárias enfrentando manifestações de populares e confrarias religiosas que criticavam tanto os impostos municipais para a manutenção dos cemitérios quanto o fim dos enterros tradicionais. Abandono de cadáveres nas ruas, enterros ilegais nas igrejas e revoltas eram algumas das formas de resistência oferecidas (Ferreira, 1996).

Sendo assim, as primeiras medidas em relação aos enterros no interior das igrejas e à construção de cemitérios públicos no Brasil surgiram no início do século XIX. Em 14 de janeiro de 1801, o Príncipe Regente de Portugal, Dom João VI, emitiu uma Carta Régia que proibia os enterros nos templos católicos dos domínios ultramarinos portugueses, autorizando

a construção de cemitérios públicos fora das cidades¹. A carta régia de 1801 não alterou a prática em terras brasileiras. Passados quase 30 anos, em 1828, o filho de Dom João VI, o Imperador Dom Pedro I, através da Lei Imperial de 1º de outubro, estabeleceu que, a partir daquele momento, os enterros nas igrejas seriam proibidos para evitar a contaminação do ar. A partir daquele momento as Câmaras Municipais estavam autorizadas a construir cemitérios fora dos limites urbanos (Reis, 1991; Rodrigues, 1997).

Apesar dessas proibições, os enterros nas Igrejas e terrenos contíguos continuaram por mais algumas décadas nas vilas e cidades sob forte protesto dos médicos sanitaristas. A prática tornou-se tema de estudos de médicos brasileiros, que passaram a publicar inúmeras teses criticando essa proximidade entre vivos e mortos, entre a área urbana e os cadáveres, destacando a influência maléfica dos miasmas. A mudança viria a partir da segunda metade do século XIX, quando o Império foi atingido, de Norte a Sul, por graves epidemias de cólera e febre amarela. Segundo o historiador Luiz Antonio de Castro Santos, o cólera vitimou cerca de 200 mil pessoas entre 1855 e 1856 (Castro Santos, 1994, p. 88).

Dessa forma, o grande número de vítimas, a falta de locais adequados para os enterros e o medo do contágio contribuíram para a criação dos cemitérios públicos e a proibição definitiva dos enterros nas igrejas. A higiene no Brasil do século XIX, conforme Sidney Chalhoub, afirmou-se como ideologia dominante no processo de urbanização, mobilizando a burocracia estatal, homens de negócios e médicos na luta pelo saneamento das cidades (Chalhoub, 1996). Nesse sentido, Alain Corbin afirma que “aquilo que já existia, e que não mudara, havia de repente passado a ser insuportável” (Corbin, 1987, p. 83). Em 1850 inaugurava-se em Belém-PA o Cemitério da Soledade. Dois anos depois, em 1852, é inaugurado o Cemitério de São João Batista-RJ. Em 1858, o da Consolação-SP. O Cemitério de São José, em Manaus, foi concluído em 1859, mas já recebia enterros desde 1856 quando foi aberto durante uma epidemia de febre amarela.

As epidemias foram a última pá de terra que sedimentou as relações de convivência entre vivos e mortos. Os ritos fúnebres, que em sua maioria demandavam contato direto com os cadáveres, foram sendo suprimidos para manter a saúde dos vivos em segurança. “Em primeiro lugar ficava agora”, diz João José Reis, “a saúde física dos vivos, não a saúde espiritual dos mortos”. Logo, “entre as primeiras providências figurava a expulsão destes da cidade dos vivos, das igrejas e dos cemitérios intramuros” (Reis, 1997, p. 140-141). Claudia Rodrigues, que estudou as tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro do século XIX, afirma que é bastante clara a relação entre a criação dos cemitérios públicos e as epidemias; estas últimas tendo fortalecido os discursos médicos (Rodrigues, 1997, p. 105, e 2014). Logo, a partir da segunda metade do século XIX, vivos e mortos foram expulsos das cidades. Os primeiros tiveram suas modestas habitações (cortiços) demolidas, sendo retirados do centro e segregados nas encostas dos morros e nas periferias. Os últimos, que na Antiguidade ficavam distantes dos vivos e fora dos limites urbanos e, na Idade Média, penetraram na cidade, foram novamente

¹ Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro (doravante BN/RJ). Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Carta Régia a Fernando José de Portugal, vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil no Rio de Janeiro, proibindo os sepultamentos nas igrejas e ordenando a construção de um ou mais cemitérios fora da cidade do Rio de Janeiro. 14 jan. 1801. <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/435993>



afastados e privados do contato mais direto com a comunidade (Chalhoub, 1996; Reis, 1991, 2022; Rodrigues, 1997, 2014; Cymbalista, 2002).

Este artigo busca examinar a centenária necrópole de São João Batista – localizada na capital amazonense – seus túmulos e jazigos, tendo como objetivos descortinar as atitudes da sociedade amazonense diante da morte, discorrer brevemente sobre sua trajetória e compreender como determinados grupos a utilizaram como um importante marcador social distintivo.

Cemitério de São João Batista: a cidade dos mortos na terra dos barés²

O Cemitério de São João Batista³, localizado entre os bairros de Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças, na zona Centro Sul de Manaus, foi inaugurado em 05 de abril de 1891 e substituiu os antigos cemitérios de São José e de São Raimundo, ambos sem condições de suportar novos enterramentos. Um novo cemitério para a capital estava sendo idealizado desde a década de 1870, período em que a varíola fez inúmeras vítimas na cidade, causando a superlotação do Cemitério de São José. Médicos e engenheiros, em comissões nomeadas pelo Governo, passaram a estudar qual local da cidade seria o mais adequado para receber a necrópole.

Em 1874 o Presidente da Província, Domingos Monteiro Peixoto, informava a Assembleia Legislativa Provincial de que os enterros no Cemitério de São José, até então o único da cidade, não poderiam ter continuidade, dada a impossibilidade de se fazer a exumação dos cadáveres dos vitimados pela varíola, com perigo à saúde pública. Ele havia ordenado à Câmara Municipal, conforme recomendações dos médicos João Pedro Maduro da Fonseca e Aprígio Martins de Menezes, que escolhesse um local apropriado para a construção de um novo cemitério. A Câmara, concordando com as recomendações médicas, já havia designado o terreno⁴. No entanto, de acordo com Carla Aires Martins, sua construção entrou em hiato após a diminuição dos casos de varíola e o São José continuou sendo o único cemitério disponível para sepultamentos (Martins, 2021). Em 1878, quando surgiram novos casos da doença, uma outra comissão escolheu para a construção do novo cemitério o terreno limitado pelo Igarapé da Castelhana, o Depósito de Artigos Bélicos e o Igarapé do Bequemoa, distante da área urbana, com terreno argiloso e um pouco arenoso e em posição favorável aos ventos reinantes sobre

² “Terra dos Barés”, uma das várias formas como a capital do Amazonas é conhecida, em referência a um dos povos indígenas que desde priscas eras habitavam a região.

³ Cabe aqui destacar o estudo pioneiro de Carla Mara Matos Aires Martins, um dos primeiros trabalhos de fôlego a respeito da arte e arquitetura tumular do Cemitério de São João Batista. No entanto, do ponto histórico ainda são incipientes os estudos sobre a história da morte no Amazonas. Ver Martins (2021).

⁴ Center of Research Libraries (doravante CRL). Brazilian Government Documents (doravante BGD). Provincial Presidential Reports: Amazonas. Falla dirigida à Assembléia Provincial do Amazonas na primeira sessão da 12ª legislatura em 25 de março de 1874 pelo presidente da província, bacharel Domingos Monteiro Peixoto, p. 45.



a cidade⁵. Para desafogar a necrópole de São José, em 1879 foi construído no bairro de São Raimundo o Cemitério dos Variolosos⁶.

Satyro de Oliveira Dias, Presidente da Província, em abertura de sessão da Assembleia Legislativa Provincial em 1880, informava que o Cemitério de São José continuava merecendo a atenção da casa, pois a abertura de novas sepulturas tornava-se cada vez mais difícil⁷. A mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia, irmandade religiosa que administrava esse campo santo desde 1880, decidiu em 14 de junho de 1883 mandar abrir um novo cemitério no fim da Estrada de Epaminondas, no começo da Estrada Maracajú, no terreno conhecido como Mocó, que por volta de 1873 teria servido como cemitério dos variolosos⁸.

Estavam erguendo uma caixa d'água para abastecimento da cidade próxima desse cemitério, levando a decisão governamental de que os enterros no local seriam impróprios por oferecerem risco de contaminação, como apontam Carla Aires e Etelvina Garcia (Martins, 2021; Garcia, 2022). Apesar de o terreno já estar preparado, a obra foi abandonada em 1884. Em 1887 foi autorizada a construção do novo cemitério público da capital, que funcionaria ao lado do Cemitério dos Variolosos, no Morro do Seminário de São José⁹. O *Jornal do Amazonas* noticiou em 22 de janeiro que "Por motivos hygienicos, de accordo com a corporação médica, em 17 do vigente, serão feitos os enterramentos no terreno do seminário, além do igarapé da Cachoeira. Fechou-se, portanto, o velho cemitério de S. José"¹⁰. Apesar do anúncio, as atividades do Cemitério de São José tiveram continuidade, pois o Presidente Conrado Jacob Niemeyer ordenou, em outubro de 1887, que ele fosse aumentado para o norte. O provedor da Santa Casa considerou o local impróprio e "A província tem preparado o terreno para o novo cemitério no local já indicado e é de summa necessidade a sua mudança"¹¹.

De acordo com Durango Martins Duarte, o novo cemitério, batizado de Cemitério de São Raimundo, iniciou suas atividades como cemitério público em 13 de dezembro de 1888. Já em 1889 as autoridades sanitárias informavam que o local não tinha as devidas condições para

⁵ CRL-BGD. Provincial Presidential Reports: Amazonas. Falla do presidente Barão de Maracajú dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em 25 de agosto de 1878, p. 23.

⁶ Consta na documentação da época que esse cemitério foi usado apenas para o sepultamento das vítimas da epidemia de varíola, sendo aberto ao lado dele, mais tarde, um cemitério público que atendia a toda a população. Cf. EXPOSIÇÃO com que o Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Commendador Clementino José Pereira Guimarães devia instalar no dia 10 de março de 1887 a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, p. 15 (Duarte, 2009; Martins, 2021).

⁷ CRL-BGD. Provincial Presidential Reports: Amazonas. Falla com que o Exm. Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias, Presidente da Província do Amazonas, abriu a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1880, p. 25.

⁸ CRL-BGD. Provincial Presidential Reports: Amazonas. Parte Official, Santa Casa de Misericórdia. Amazonas, 03/10/1883, p. 01.

⁹ CRL-BGD. Provincial Presidential Reports: Amazonas. Exposição com que o Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Commendador Clementino José Pereira Guimarães devia instalar no dia 10 de março de 1887 a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, p. 15.

¹⁰ Biblioteca Nacional/RJ. Hemeroteca Digital (Doravante BN/RJ-HD). *Jornal do Amazonas*, 22/01/1887, p. 02.

¹¹ CRL-BGD. Provincial Presidential Reports: Amazonas. Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Cardoso de Andrade abriu a 1º sessão da 19º legislatura da Assembléa Provincial do Amazonas em 05 de setembro de 1888, Anexo 6, p. 4.



continuar a receber enterros, pois era de difícil acesso, já que o bairro estava separado do restante da cidade por um igarapé¹² (Duarte, 2009, p. 146). Fazia-se necessária uma nova necrópole.

Em 1890, em expediente de 03 de julho do Governo do Estado do Amazonas, administrado por Augusto Ximeno de Vilerroy, a Intendência Municipal ficou autorizada a desapropriar o terreno escolhido e indicado para ser construído o novo cemitério¹³. Foi selecionado um terreno nos altos do bairro do Mocó, ainda com bastante vegetação natural, constituído por algumas roças e pouco habitado. O Município autorizou, em 19 de setembro de 1890, que o Intendente João Carlos Antony fizesse o orçamento das despesas com a obra, arruamento, destocamento e cercamento com uma cerca de arame farpado. Antony, em sessão ordinária de 03 de março de 1891, informou a Intendência "que o terreno destinado ao novo cemitério acha-se todo destocado e pronta a respectiva cerca"¹⁴.

No ano seguinte, com as obras do cemitério já bastante adiantadas, o novo Governador, Eduardo Gonçalves Ribeiro, determinou que os enterros nos cemitérios de São José e de São Raimundo fossem encerrados. O Decreto nº 95, de 02 de abril de 1891¹⁵, dividido em cinco artigos, proibiu os enterros nesses cemitérios e passou a administração dos cemitérios públicos, até então feita pela Santa Casa de Misericórdia, para o Município. Essa última mudança era um reflexo do recém-instalado regime republicano no país, que separou Estado e Religião com a nova constituição: "os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação"¹⁶. Até que fosse publicado um novo regulamento para os cemitérios do Estado, permanecia valendo o Regulamento nº 11, de 26 de maio de 1859, do antigo Cemitério de São José.

O Cemitério de São João Batista foi inaugurado em sessão solene no dia 05 de abril de 1891. Os primeiros enterros, de acordo com o jornalista e historiador João Batista de Faria e Sousa, foram realizados entre os dias 06 e 19 de abril (Faria e Sousa *como citado em* Jobim, 1968)¹⁷. Assim como outras grandes obras que estavam sendo erguidas na cidade, ele fazia parte de um ambicioso pacote de obras de modernização da capital amazonense. Manaus, que estava se tornando um poderoso centro comercial, deveria ter uma estrutura digna com sua nova função de polo irradiador da economia regional. Não bastava apenas um teatro, um palácio e prédios suntuosos, mas também um cemitério que atendesse às novas demandas. Em 05 de junho de 1891 a Intendência Municipal concedeu à Santa Casa de Misericórdia uma área para o enterramento de seus membros (Faria e Sousa *como citado em* Jobim, 1968). Até então, os irmãos da Misericórdia eram enterrados no antigo Cemitério de São José, que passaram a

¹² Igarapés são cursos de águas estreitas que fazem parte da bacia amazônica, ou seja, "um igarapé é um curso d'água amazônico de primeira ou em terceira ordem, constituído por um braço longo de rio ou canal". <https://ipam.org.br/glossario/igarape/#:~:text=Um%20igarap%C3%A9%20um%20curso,quase%20no%20interior%20da%20mata> Acesso em 26/02/2024.

¹³ CRL-BGD. Provincial Presidential Reports: Amazonas.Expediente do Governo do Estado do Amazonas de 03/07/1890. In: Amazonas, 09/07/1890.

¹⁴ CRL-BGD. Provincial Presidential Reports: Amazonas.Intendência Municipal, Sessão Ordinária de 03/03/1891.

¹⁵ Acervo da Associação Comercial do Amazonas (ACA). Decretos, Leis e Regulamentos. Administração Fileto Pires Ferreira, 1889 a 1896. Manáos: Imprensa Oficial, 1897. Tomo II – 1891, p. 105.

¹⁶ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.html Acesso em 21/03/2022.

¹⁷ Jobim, A. (1968). Velhos Tempos. *O Jornal*, 30/06/1968.



administrar em 1880, quando da criação da irmandade no Amazonas, o comandando até 1891 (Duarte, 2009).

Nesse sentido, as querelas que envolveram o debate sobre a construção da nova necrópole no espaço da Belle Époque traduzem a busca pelo progresso na capital amazonense, que será marcada pela modificação do espaço urbano e pelo apagamento de práticas culturais arraigadas na sociedade. Em outras palavras, era a modernidade que chegava à cidade dos mortos (Páscoa & Martins, 2019, p. 281). Em 1892 o governador Eduardo Ribeiro criou um novo regulamento para os cemitérios públicos. É interessante ver o conteúdo do artigo 22, que estabelecia que “sobre os terrenos obtidos para sepulturas perpétuas, os proprietários poderão erguer mausoléus depois de aprovado o plano pela Intendencia”. Os indigentes, por outro lado, seriam enterrados em lugares comuns, em sepulturas cedidas pelo município.¹⁸

Logo após sua inauguração, por conta de sua localização, nas cabeceiras dos igarapés da Castelhana, Aterro e Manaus, e ao lado do Reservatório do Mocó, que abastecia a cidade, o Cemitério de São João Batista passou a ser reavaliado pela municipalidade. De acordo com a historiadora Carla Maria Oliveira Nagel (2011), foi sugerido que os enterros fossem feitos em um local mais distante, e que o Cemitério de São João Batista fosse utilizado apenas para a construção de jazigos e monumentos. Apesar da recomendação, esse cemitério continuou em atividade. Para Carla Nagel é a partir dessa permanência que se compreende sua importância “como um espaço de afirmação e monumentalidade”.¹⁹

Apesar da busca pela afirmação e monumentalidade, ainda demoraria alguns anos para que o Cemitério de São João Batista atendesse às expectativas do poder público e de seus frequentadores. Os primeiros anos de funcionamento não foram fáceis e havia muito por fazer. No Dia de Finados de 1900, jornalistas do jornal *Commercio do Amazonas* visitaram a necrópole, constatando seu péssimo estado de conservação. Faltavam sepulturas alinhadas, conservação das ruas internas, arborização, e muros com grades de ferro.²⁰

As primeiras melhorias começaram a surgir em 1900, quando o Superintendente Municipal Arthur César Moreira Araújo mandou substituir a cerca de arame farpado por uma de pau a pique, construir a capela, uma rampa de acesso pelo Boulevard Amazonas e um portão para a saída pela Avenida Major Gabriel. Em 1903 ele já se encontrava sem espaço. Como solução, o Superintendente Municipal Martinho de Luna Alencar adquire um novo terreno, que pertencia a Manoel José Fernandes e sua esposa, aumentando assim as dimensões do cemitério (Faria e Sousa *como citado em* Jobim, 1968; Garcia, 2022).

Seria na administração de outro Superintendente, o Coronel Adolpho Guilherme de Miranda Lisboa (1902-1907), que se processariam as transformações mais significativas. Foi concedida em sua administração, através da Lei Municipal nº 337, de 27 de fevereiro de 1904, uma área para a Irmandade do Santíssimo Sacramento enterrar seus membros.²¹ Através da Lei nº 338, de 27 de maio de 1904, ele autorizou a Superintendência Municipal a reconstruir o

¹⁸ BN/RJ-HD. Regulamento para os cemiterios publicos do Estado do Amazonas. In: Amazonas, 20/10/1892, p. 01.

¹⁹ Idem, p. 05.

²⁰ BN/RJ-HD. Uma visita ao cemitério S. João (Em 2 de Novembro). *Commercio do Amazonas*, 05/11/1900, p. 01.

²¹ BN/RJ-HD. Lei Municipal nº 337, de 27 de fevereiro de 1904. In: *Jornal do Comercio*, 19/03/1904, p. 02.



cemitério. Em 1905 foram levantados os muros com portões e gradis de ferro no Boulevard Amazonas e na Avenida Major Gabriel. O material veio de Glasgow, na Escócia, produzido pela fundição MacFarlane Foundry. No lugar do necrotério foi construída em 1906 uma nova capela, em estilo neogótico e consagrada a São João Batista (Mendonça, 2008, p. 142-143). No portão de entrada foi fixada a frase em latim *Laborum Meta*, que significa fim ou meta do trabalho. Ela está ligada à corrente filosófica Positivista, que enxerga a morte como um processo que finaliza a trajetória física e dá início a uma nova trajetória, marcada pelo culto à figura do falecido, que lembrado continuaria a existir subjetivamente. Isso ficaria bastante evidente nos monumentos funerários, sobre os quais se falará mais adiante, e nos funerais de membros da elite política, intelectual e econômica.

É interessante destacar as concessões de áreas para enterro de membros de irmandades religiosas. Apesar de Estado e Igreja terem se separado com o advento da República e os cemitérios estarem agora a cargo dos municípios, a influência do catolicismo continuou presente nos espaços públicos. A historiadora Adriana Gomes afirma que “na prática, os cemitérios ficaram mantidos sob o controle de particulares ou ordens confessionais, alguns com o caráter de monopólio” (Gomes, 2014, p. 87).

Em 11 de janeiro de 1926, na administração de Hugo Carneiro, a Prefeitura publicou um edital destinado aos interessados em transladar os restos mortais e monumentos de seus familiares enterrados no antigo Cemitério de São José para o Cemitério de São João Batista.²² No dia 18 daquele ano foi publicado o edital das exumações, outros editais foram publicados até 1931.²³ No ano seguinte foi realizada a transferência custeada pelo município. A maior parte desses restos mortais e monumentos foi realocada na quadra 04. Em 1932, foi construído ao lado das sepulturas e na mesma quadra um ossuário para a guarda dos restos mortais não reclamados de 48 pessoas. Analisando as intervenções executadas na administração de Adolpho Lisboa e tendo como base os estudos de Carla Aires, Maria da Conceição Vilela Franco e Maria Elizia Borges, constatou-se que o Cemitério de São João Batista passou por um processo de monumentalização, sendo transformado em um espaço importante da cidade, no que tange o culto à memória, a afirmação e distinção sociais. Nas Palavras de Borges, configurou-se um espaço para a “morte burguesa” (Martins, 2021; Franco, 2019; Borges, 2002, p. 122).

Posto isso, nossa proposta é realizar uma análise qualitativa das formas e símbolos contidos em dez túmulos e jazigos do Cemitério de São João Batista, sendo cinco do antigo Cemitério de São José (1856-1891) e cinco originais do Cemitério de São João Batista. Essa análise consta da apresentação formal das obras, uma pequena biografia dos proprietários e suas famílias, os materiais empregados, os epitáfios que, segundo Antonio Motta, são “elementos reveladores da organização social, das representações de mundo e de pessoa”, expondo aspectos diversos sobre o morto e suas relações familiares e com a comunidade (Motta, 2009, p. 74), além da busca dos significados dos símbolos, tendo como base, principalmente, os estudos de Jean Gheerbrant, Alain Chevalier, Maria Elizia Borges e Miranda Bruce-Mitford. As

²² Acervo do Diário Oficial do Estado do Amazonas (Doravante ADOEA). *Diário Oficial do Estado do Amazonas*, 11/01/1926.

²³ Acervo do Diário Oficial do Estado do Amazonas. *Diário Oficial do Estado do Amazonas*, 26/09/1931.



obras analisadas foram construídas em mármore de Lioz e Carrara, característicos do período que vai de 1860 a 1930.

Arte e sociedade em uma necrópole centenária

Os túmulos e jazigos erguidos por e para representantes da elite amazonense representam seu poderio econômico, político e cultural, suas visões de mundo e concepções sobre o além-túmulo. Em síntese, perpetuam suas memórias e valores. A memória, como explica o historiador francês Jacques Le Goff, tem uma profunda relação com a morte e os monumentos funerários, que são obras construídas para a sua preservação:

Mas desde a Antiguidade romana o monumentum tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (Le Goff, 1990, p. 536).

Para esse estudo foram escolhidos 10 túmulos e jazigos, sendo 5 do antigo Cemitério de São José e 5 originais do Cemitério de São João Batista. A transferência dos monumentos do antigo Cemitério de São José (1856-1891) para o Cemitério de São João Batista na década de 1930 possibilitou o estudo da arte tumular da segunda metade do século XIX (1850-1890). Eles são exemplares únicos de arquitetura funerária neoclássica no Amazonas. Espera-se que esse e futuros trabalhos sirvam de alerta para a preservação desse patrimônio singular que é o Cemitério de São João Batista e seu acervo tumular, há tempos em péssimo estado de conservação. Destacamos as recentes contribuições dos pesquisadores Márcio Leonel Páscoa e Carla Aires Martins, que vêm analisando a urgência dos cemitérios na cidade e arte tumular da necrópole de São João Batista (Páscoa & Martins, 2019, 2022, 2023).

O período em que essas obras foram construídas, entre as décadas de 1860 e 1930, foi nomeado pelo historiador francês Michel Vovelle como a "idade de ouro do cemitério", descrita como a "época das capelas e dos monumentos funerários, de uma explosão vertical que irrompeu das lápides e estelas bastante simples do cemitério anterior a 1850, formando uma arquitetura heteróclita" (Vovelle, 1997, p. 328). A afirmação de Vovelle faz-nos refletir sobre as formas tumulares que surgiram a partir da criação dos cemitérios extramuros. Segundo Cymbalista, a monumentalidade não era permitida e nem possível dentro das igrejas dada a exiguidade dos espaços com diferenciação puramente espacial. Após a criação dos cemitérios públicos, ela não só se tornou possível como almejada, dando vazão a diferentes formas e símbolos. Apesar dessa mudança, ocorreu uma verdadeira reprodução de elementos alusivos à Igreja no espaço cemiterial, como veremos a seguir: cruzeiros, imagens sacras, anjos, capelas etc, em uma tentativa de levá-la para os cemitérios, o que demonstra a força dos costumes e o desejo perene do homem de caminhar por um mundo sacralizado (Cymbalista, 2002).

O que era a elite amazonense nesse período? De acordo com Ana Maria Daou, ela era um grupo que começou a se organizar e ganhar destaque a partir da segunda metade do



século XIX, sendo fruto de transformações profundas na estrutura política e econômica local. Em 1850 verifica-se a criação da Província do Amazonas, instalada em 1852 e com capital na então Cidade da Barra do Rio Negro (Manaus). No mesmo ano da instalação dessa nova unidade territorial do Império é criada a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, introduzindo a navegação a vapor na região e encurtando as distâncias. Em 1867 os rios Amazonas, Tocantins, Tapajós e Madeira são abertos à navegação estrangeira, o que contribuiu para a dinamização das atividades "sendo o comércio e as trocas pontos significativos da pauta de atuação de uma elite ainda incipiente" (Daou, 2000b, p. 871).

Antes do advento da economia gomífera, explica Daou, a elite amazonense, localizada em sua maioria em Manaus, era formada por comerciantes portugueses e brasileiros, profissionais liberais e funcionários públicos. Diversificou-se na passagem do século XIX para o XX, surgindo os seringalistas, aviadores, grandes comerciantes, grandes burocratas, políticos (que já existiam desde o período provincial, mas ganharam nova dimensão como agentes transformadores na época da borracha), militares, médicos, farmacêuticos, engenheiros, advogados, juizes e desembargadores, brasileiros e estrangeiros, formados no país ou no exterior. Esse grupo, além de refundar a cidade dotando-a de nova infraestrutura urbana, passou a exercer forte controle, através dos Códigos de Posturas, sobre os hábitos e costumes que considerava destoantes de uma sociedade que se apresentava como moderna, "uma *cidade sonhada* e adequada ao *progresso* e à ordem pretendidos" (Daou, 2000a, p. 35).

A elite busca afirmar sua posição perante a sociedade. Ergue palacetes e casarões suntuosos, adquire objetos de luxo, realiza viagens internacionais e constrói espaços para se relacionar, como as casas de ópera, sendo o Teatro Amazonas o maior símbolo dessa busca pela diferenciação social (Daou, 2000b, p. 882). A antiga cidade é, sem exageros, demolida, dando lugar a uma nova, refinada e civilizada. Nos dizeres da historiadora Edinea Mascarenhas Dias, a modernidade "transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração" (Dias, 2007, p. 29).

Não foram apenas esses espaços que se tornaram visados pelas elites para afirmarem suas posições. Os cemitérios erguidos a partir da segunda metade do século XIX – quando encerrou-se em boa parte do Ocidente os enterros nas Igrejas e seus arredores – e seus monumentos funerários, passaram a reproduzir as concepções de vida e morte de uma sociedade profundamente marcada pela busca de distinção e que tinha uma relação bastante profunda com a morte, etapa da vida vista não apenas como uma passagem para outro plano, mas também o momento em que o indivíduo poderia ser imortalizado através do culto à sua memória, representada pelo monumento fúnebre (Borges, 2002, p. 125). O cemitério, muitas vezes esquecido quando se fala na Modernidade, é uma de suas principais marcas.

As obras tumulares aqui estudadas homenageiam políticos, empresários, militares, profissionais liberais e intelectuais, naturais da terra ou oriundos de outras paragens. Suas trajetórias foram identificadas em livros, documentos oficiais e jornais. Mas porque estudar os monumentos da elite? Os cemitérios oitocentistas, ao redor do mundo, foram pensados por setores da alta sociedade que buscavam civilizar antigas práticas e espaços, imprimindo suas



características. Detentores dos capitais simbólico e financeiro, financiaram a construção de obras funerárias monumentais, construídas com materiais nobres e assinadas por artistas e empresas renomadas. São essas obras, de membros da elite local, que figuram em destaque e, geralmente, em melhor estado de conservação nos cemitérios da virada do século XIX para o século XX. Vejamos agora como a elite manauara buscou imortalizar-se através dessas obras.

Figura 1 – Jazigo de Alexandrino Magno Taveira Pau-Brazil e Francisca Bertholeza de Pinho (1865)



Fonte: Fotografia de Fábio Augusto de C. Pedrosa (2019)

Alexandrino Magno dos Reis Taveira, posteriormente conhecido como Alexandrino Magno Taveira Pau-Brazil, (1797-1862) nasceu na Província de Pernambuco, tendo sido degredado para o Amazonas em 1827 por ter participado da Confederação do Equador em 1824.²⁴ No Lugar da Barra (Manaus) destacou-se como comerciante e posteriormente foi eleito Vereador da Câmara Municipal, além de assumir outros cargos públicos. Foi casado com Francisca Bertholeza de Pinho (1799-1853), também nascida em Pernambuco. O jazigo do casal é um dos primeiros da fileira dos que pertenciam originalmente ao Cemitério de São José, na quadra 04. Essa é uma das poucas obras tumulares de que se encontrou registro da inauguração. Em nota publicada no jornal *O Catechista*, de 06 de maio de 1865, somos informados de que:

O abaixo assignado tendo de fazer a inhumação dos ossos dos seus fallecidos promogitores, os muito amados, capitão Alexandrino Magno

²⁴ BN/RJ-HD. Passageiros. *O Amigo do Homem*, RJ, 11/08/1827, p. 06.

Taveira Pao Brazil, e D. Francisca Bertholeza de Pinho, no monumento que para esse fim mandarão vir seus filhos como testemunho do seu reconhecimento e lembrança, e, por essa ocasião cntar uma missa solenne de requiem com absolvição do tumulo: convida não só ao sseus amigos como os do finado seu pai para que se dignem assistir a estes actos, que terão lugar no cimiterio publico desta cidade no dia 10 do corrente, anniversario do falecimento, pelas 7 horas da manhã – Manãos, 3 de Maio de 1865.²⁵

Construído em mármore de Lioz, possui como símbolos um oroboro que circunda uma Flor de Saudade, uma ampulheta alada com uma foice e, no topo, uma urna flamejante. O oroboro é uma serpente que morde a própria cauda, formando um círculo perfeito. De acordo com Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, ela simboliza a ideia de Deus, o movimento cíclico, a união sexual e autofecundadora e “é transmutação perpétua de morte em vida, pois suas presas injetam veneno no próprio corpo” (Chevalier & Gheerbrant, 2001, p. 816). Ao morder a própria cauda e formar um círculo, remete ao ciclo da vida, marcado pelo nascimento e pela morte. É um dos símbolos, ao lado da flor de Saudade e da foice, que remete ao macabro, ao mórbido e ao fim dos tempos (Lima, 1994, p. 103).

A flor de Saudade (*Scabiosa atropurpurea*) geralmente é representada ao lado da flor de Perpétua (*Gomphrena globosa*). A pesquisadora Gisela Monteiro, em pesquisa sobre a presença dessas flores em cemitérios de Lisboa, em Portugal, afirma que elas simbolizam a Perpétua Saudade²⁶. A ampulheta é um elemento clássico nas obras tumulares, representando a passagem inexorável e implacável do tempo (Borges, 2002, p. 303). Quando aparece com asas, lembra que esse tempo é tão rápido quanto o voo de um pássaro.

A foice, assim como a ampulheta, foi largamente utilizada nos cemitérios oitocentistas. Representa, de acordo com a antropóloga norte-americana Miranda Bruce-Mitford, “o momento em que a vida é ceifada” (Bruce-Mitford, 2001, p. 90). Enxergar a vida como uma colheita é algo característico do Cristianismo, de onde advém a Lei da Semeadura. Chevalier e Gheerbrant lembram que foi somente a partir do século XV que a foice aparece sendo segurada por um esqueleto, que ceifa a vida do rico e do pobre, equalizando esse processo (Chevalier & Gheerbrant, 2001, p. 443). O fogo presente na urna possui diferentes significados. Ele é um elemento destruidor e purificador, ajuda a iluminar os caminhos e, junto à pira, queima eternamente. Essa última característica lembra a imortalidade e sua associação, na Grécia Antiga, com a ave Fênix, que ressurgue das cinzas.

Seu epitáfio nos ofereceu algumas informações que foram importantes para a reconstituição da trajetória dos proprietários. Ele traz as seguintes inscrições: “Aqui jazem os restos mortaes do Capitão Alexandrino Magno Taveira Pau-Brazil, e de sua mulher, D. Francisca Bertholeza de Pinho, ambos filhos da Província de Pern.co (Pernambuco). Aquelle nascido em 14 de julho de 1797 e falecido em 10 de maio de 1862. Esta nascida em 24 de agosto de 1799 e falecida em cinco de outubro de 1853. Tributo de gratidão de seus filhos”. Para além dos

²⁵ BN/RJ-HD. *O Catechista*, 06/05/1865, p. 04.

²⁶ Monteiro, G. (2012). Simbologia: Perpétua Saudade. *Blog Mort Safe*. <https://taphophilia.blogspot.com/2012/11/simbologia-perpetua-saudade.html>

laços familiares, ele revela os fortes laços que os falecidos tinham com a terra onde nasceram, Pernambuco, de onde foram exilados e, possivelmente, guardavam saudades.

Figura 2 – Túmulo de Anna Miranda de Freitas Guimarães (1871)



Fonte: Fotografia de Fábio Augusto de C. Pedrosa (2019)

Anna Miranda de Freitas Guimarães faleceu em 02 de novembro de 1871, Dia de Finados, aos 22 anos de idade. Deixou marido e filhos. Essas são as poucas informações encontradas a seu respeito, gravadas em seu epitáfio, que destaca os laços familiares ao indicar o peso da partida da mãe e esposa pranteada. Seu túmulo, localizado na quadra 04, foi construído em mármore de Lioz e é formado por um anjo jovem, assexuado, esbelto e reflexivo, vestido de forma clássica, segurando uma cruz e apoiado sobre uma urna coberta com um pano.

O anjo é uma figura clássica citada em diferentes passagens da Bíblia e sobre a qual criou-se diferentes representações ao longo da História. Ele é o mensageiro divino, elo entre o terreno e o espiritual, protetor, sempre em guarda para socorrer os filhos de Deus. Por reunir tais características, tornou-se um elemento de destaque no espaço cemiterial (Borges, 2002, p. 182). O que aparece representado nos monumentos funerários da segunda metade do século XIX, registra o historiador francês Michel Vovelle, nada tem a ver com o querubim da idade barroca. É agora um anjo adulto, “o anjo da morte – um jovem belo, calmo e sonhador –, que carrega às vezes a tocha invertida que lhe foi atribuída pela iconografia neoclássica” (Vovelle, 1997, p. 330-331). A historiadora Tania Andrade Lima, em estudo sobre as representações da morte nos cemitérios cariocas do século XIX, registra que o anjo desse período tem como características “[...] asas baixas, braços pendidos, atitudes de meditação” (Lima, 1994, p. 113). O

anjo do monumento de Anna Miranda de Freitas Guimarães não carrega uma tocha invertida, mas uma cruz, que se encontra parcialmente destruída.

A cruz é o símbolo mais reproduzido no espaço cemiterial, indicando a crença dos proprietários dos monumentos. Chevalier e Gheerbrant afirmam que ele existe desde a Antiguidade, sendo utilizado por diferentes civilizações, como a egípcia, a chinesa e a cretense. Ela foi apropriada pelos cristãos, que lhe deram novos significados:

A cruz simboliza o Crucificado, o Cristo, o Salvador, o Verbo, a segunda pessoa da Santíssima Trindade. Ela é mais que uma figura de Jesus, ela se identifica com sua história humana, com a sua pessoa [...]. A cruz com um braço transversal é a cruz do Evangelho. Seus quatro braços simbolizam os quatro elementos que foram viciados na natureza humana, o conjunto da humanidade atraída para o Cristo dos quatro cantos do mundo, as virtudes da alma humana. O pé da cruz enterrado no chão significa a fé assentada em profundas fundações. O ramo superior da cruz indica a esperança que sobe para o céu; a envergadura da cruz é a caridade que se estende mesmo aos inimigos; o comprimento da cruz é a perseverança até o fim (Chevalier & Gheerbrant, 2001, p. 310).

A urna é um vaso funerário geralmente utilizado para guardar cinzas de uma pessoa falecida. Evoca, de acordo com Chevalier e Gheerbrant, a morada, local de proteção. A arquiteta e pesquisadora Paula Andréa Calluf Rodrigues e a historiadora Maria Elizia Borges apresentam diferentes significados para esse objeto. Para a primeira, ele simboliza a imortalidade; quando está sendo guardado por um anjo, a lamentação; e com panos, como é o caso do monumento estudado, representa que “a vida está encerrada e o pano do luto “aquece” o reservatório” (Rodrigues, 2014, p. 363). Borges, por outro lado, afirma que o objeto representa “o corpo separado da alma” ou a “eterna felicidade” (Borges, 2002, p. 303).

Figura 3 – Jazigo de Antonio Nery da Fonseca (1851-1861) e Lucrecia (1876).



Fonte: Foto de Fábio Augusto de C. Pedrosa (2019)

Antonio Nery da Fonseca (1851-1861) era filho do Tenente Coronel João Evangelista Nery da Fonseca e de D. Maria Leopoldina Nery da Fonseca. Lucrecia (1876) era filha do Capitão

de Mar e Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso e D. Maria Leopoldina de Mello Cardoso. O jazigo deles, feito em mármore de Lioz e localizado na quadra 04, possui a figura de dois pequenos anjos sentados em nuvens e que rogam aos céus, lembrando que as almas das crianças, dada a inocência destas, ascendiam mais facilmente ao céu (Motta, 2009, p. 85). Essas figuras e o epitáfio ajudam na realização da análise:

Aqui jazem os frios restos dos dois inocentes. Antonio Nery da Fonseca, filho do Ten. Cel. João Evangelista Nery da Fonseca e de D. Maria Leopoldina Nery da Fonseca. Nascido a 30 de [...] de 1851. Fallecido a 9 de janeiro de 1861. E Lucrecia, nascida em 1 e falecida a 22 de fevereiro de 1876. Filha do Cap. de Mar e Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso e de D. Maria Leopoldina de Mello Cardoso. Suas almas no céu oram a Deus por seus paes.

Essas inscrições são exemplos da antiga crença de que, ao morrerem, as crianças, por sua pureza e ausência de pecado, tornavam-se anjos, popularmente anjinhos, seres celestes que, em outro plano, cuidariam e intercederiam a Deus por seus pais e demais familiares. João José Reis afirma que, no século XIX, “o mais comum era considerar positivo que as famílias contassem com anjos familiares que as protegessem” (Reis, 1991, p. 113). Essa crença, de acordo com o sociólogo e historiador pernambucano Gilberto de Mello Freyre, teve origem com os jesuítas no primeiro século da colonização. Diante da alta mortalidade infantil entre os indígenas, os padres jesuítas “talvez para atenuar entre os índios o mau efeito do aumento da mortalidade infantil que se seguiu ao contato ou intercurso em condições disgênicas, entre as duas raças, tudo fizeram para enfeitar ou embelezar a morte da criança” (Freyre, 2003, p. 203). O historiador Luiz Lima Vailati, em estudo comparativo sobre as representações da morte infantil no Rio de Janeiro e na Inglaterra do século XIX, apresenta três explicações para essa crença:

Em primeiro lugar, encontra-se o entendimento de que a morte infantil é um privilégio, pois ao morrer na condição de criança esta tem sua salvação garantida. Em segundo, aparece a convicção de que lamentar a morte de crianças é protestar contra a vontade de Deus que, como lembrou no texto sagrado, tem especial preferência na companhia destas. Por fim, há a ideia de que a criança morta é uma intercessora entre aqueles que a amaram aqui na terra e as potências celestes, significando assim um trunfo inestimável para a proteção dos familiares em vida e salvação destes na morte (Vailati, 2012, p. 275).

Outro detalhe que chama a atenção são os laços familiares descobertos através da pesquisa em jornais. João Evangelista Nery da Fonseca era sogro de Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, este casado com a filha de João, Maria Leopoldina de Mello Cardoso. Lucrecia era neta de João Evangelista. Antonio Nery da Fonseca, filho de João Evangelista, era irmão de Maria Leopoldina de Mello Cardoso, cunhado de Nuno Alves Pereira e tio de Lucrecia. No topo do monumento ficam as esculturas de dois anjinhos suplicantes que representam Antonio e Lucrecia. A presença de nuvens, nas quais estão sentados, “revela a aspiração do paraíso” (Rodrigues, 2014, p. 60). Como no epitáfio, tio e sobrinha rogam a Deus por seus pais e demais familiares.



Figura 4 – Túmulo de Alfredo A. Cézar (1885)



Fonte: Fotografia de Augusto de C. Pedrosa (2019).

Alfredo A. Cézar foi 2º Tenente da Armada Brasileira, conforme registro no epitáfio de seu monumento. Essa foi a única informação encontrada sobre o homenageado. O túmulo, um obelisco, localizado na quadra 04, foi construído em mármore de Carrara. O obelisco é um tipo de construção com origens na Antiguidade. Os egípcios o consagravam ao Deus Sol. Os gregos o chamavam de *obeliskos*, que significa “pequena agulha” ou “pilar pontiagudo”. Eram utilizados para celebrar grandes feitos e homenagear pessoas de destaque na sociedade, como nobres e militares. A historiadora Márcia Raquel de Brito Saraiva registra que “Muitos povos sofreram influência dos obeliscos, tendo-os produzido ou adquirido: os cananitas, os fenícios, os reis de Kush, os assírios e, mais tarde, os romanos, os franceses, os ingleses, os americanos e os alemães” (Saraiva, 2007, p. 27). Essa construção disseminou-se em várias partes do mundo ao longo da História, sendo utilizada para fins comemorativos por diferentes povos. Marcia Saraiva afirma que os obeliscos se tornaram “ícones de poder, glória, triunfo e proeminência” (Saraiva, 2007, p. 28). Encontrados em diferentes tamanhos, do gigantesco do Mausoléu aos Heróis de 1932, em São Paulo, aos pequenos e médios construídos para ornamentar praças públicas.

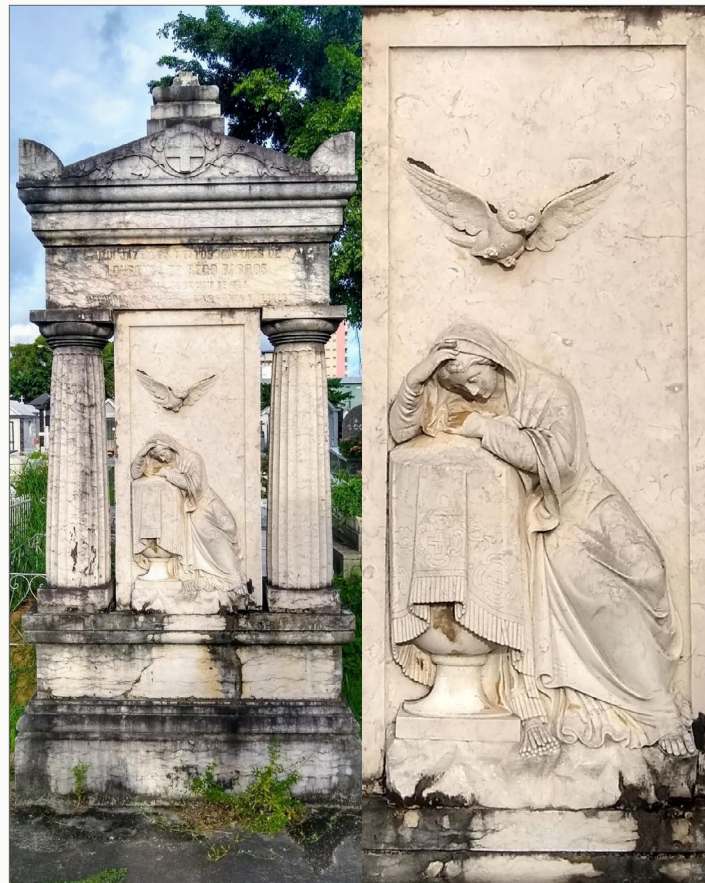
Nesse obelisco temos um escudo em baixo-relevo com uma âncora e uma cruz cruzados. A cruz simboliza a crença do falecido e seus familiares no Cristo crucificado. A âncora é um objeto utilizado para fixar navios e possui diferentes significados. Miranda Bruce-Mitford a

interpreta como “símbolo de segurança, estabilidade e esperança” (Bruce-Mitford, 2001, p. 97). Ela também é uma referência cristã, pois na Bíblia, em Hebreus 6:18-20, somos apresentados à seguinte passagem, na qual a esperança em Cristo é vista como uma âncora:

para que, por meio de duas coisas imutáveis nas quais é impossível que Deus minta, sejamos firmemente encorajados, nós, que nos refugiamos nele para tomar posse da esperança a nós proposta. Temos essa esperança como âncora da alma, firme e segura, a qual adentra o santuário interior, por trás do véu, onde Jesus, que nos precedeu, entrou em nosso lugar, tornando-se sumo sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque (Hebreus 6:18-20).

Nesse caso, o uso da âncora, além de motivos religiosos, possivelmente também teve relação com a profissão do falecido, que foi 2º Tenente da Armada Brasileira. Em seu epitáfio, lemos: “Repouzo de Afredo A. Cezar 2º Tenente d’ Armada Brasileira. Fal. 1º Setembro 1885. Tributo da sua esposa, filhos e netos”.

Figura 5 – Túmulo de Lourença do Rego Barros (1887)



Fonte: Fotografia de Fábio Augusto de C. Pedrosa (2019).

Lourença do Rego Barros, de acordo com o epitáfio de seu túmulo, faleceu em 08 de maio de 1887. Ele, que está localizado na quadra 04, é um dos mais monumentais do cemitério, construído em mármore de Lioz e seguindo o estilo Neoclássico, constituído por uma estela onde está esculpida uma pranteadora, apoiada sobre uma urna coberta. Acima dela está a

figura de uma coruja. Esse conjunto é ladeado por duas colunas dóricas que sustentam um frontão, sobre o qual possivelmente existia uma cruz. Na base da obra encontramos uma assinatura que indica sua procedência: "Off. Nas de G. J. Salles & F.os R. do Arsenal 134 Lisboa". Essa assinatura é da antiga Oficinas de Germano José de Salles & Filhos, localizada na Rua do Arsenal, em Lisboa, Portugal. Os Salles, de acordo com a arquiteta e urbanista Cibele de Mattos Mendes, foram uns dos maiores canteiros de Lisboa, especialistas na construção de jazigos (Mendes, 2016, p. 143).

A pranteadora, também conhecida como carpideira, figura bastante frequente nas obras tumulares, é a mulher que desde tempos remotos era paga para chorar nos funerais, tornando-os mais emotivos. Encontramos referências sobre ela na Bíblia, em Jeremias 9:17-20:

Assim diz o Senhor dos Exércitos: "Considerem: Chamem as pranteadoras profissionais; mandem chamar as mais hábeis entre elas. Venham elas depressa e lamentem por nós, até que os nossos olhos transbordem de lágrimas e águas corram de nossas pálpebras. O som de lamento se ouve desde Sião: 'Como estamos arruinados! Como é grande a nossa humilhação! Deixamos a nossa terra porque as nossas casas estão em ruínas". Ó mulheres, ouçam agora a palavra do Senhor; abram os ouvidos às palavras de sua boca. Ensinem suas filhas a lamentar-se; ensinem umas as outras a prantear (Jeremias 9:17-20).

Essas profissionais ainda existem em diferentes sociedades ocidentais e orientais. Quanto mais emotivo, mais chorado e mais encenado o velório, maior é o prestígio do falecido e de sua família. João José Reis afirma que esse costume de ter mulheres chorando nos funerais já fazia parte dos rituais católicos mais tradicionais (Reis, 1991, p. 109), pois elas geralmente, aos prantos, informavam a comunidade sobre o falecimento de um dos seus membros. Somente mulheres poderiam ser pranteadoras, pois nos domínios da morte, assim como nos da vida, esperava-se delas a expressão da dor, da sensibilidade, da saudade profunda, enquanto o homem suportaria o luto de forma resignada. Em estudo sobre as representações das pranteadoras no Cemitério Evangélico de Porto Alegre entre 1890 e 1930, a historiadora Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho definiu-as da seguinte forma:

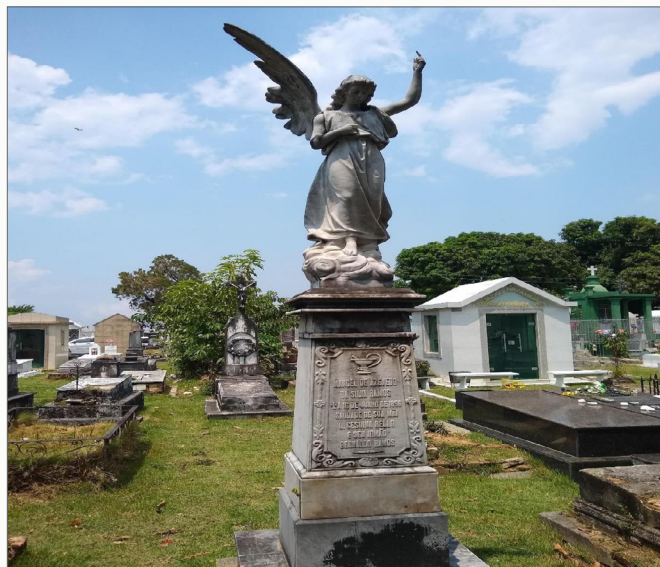
figuras femininas, representadas segundo as diretrizes formais clássicas. Aparecem com ou sem signos cristãos, portanto podem se encaixar como signo proveniente da antiguidade clássica ou ainda amalgamado, quando são representadas com cruces ou flores do repertório cristão. As pranteadoras algumas vezes são caracterizadas remetendo a figura da Virgem Maria ou seguindo o padrão do anjo cristão, de túnica longa e de expressão pouco sentimental (Carvalho, 2009, p. 103).

A pranteadora do túmulo de Lourença do Rego Barros foi representada seguindo as diretrizes do classicismo, com semblante reflexivo, vestindo um manto conhecido pelos gregos como *himation* e calçada. Ela está apoiada sobre uma urna coberta com um manto, que simboliza a vida encerrada coberta pelo luto.



O último elemento que compõe esse conjunto é a coruja que voa sobre a pranteadora. Chevalier e Gheerbrant explicam que ela era vista de diferentes formas por cada civilização. Na mitologia grega, a deusa Atena é acompanhada de uma coruja, que se tornou símbolo do conhecimento e da sabedoria. Para os astecas ela representava o Deus dos Infernos, sendo associada à noite, à chuva, às tempestades e à morte. Os pesquisadores destacam que “Ainda em nossos dias, a coruja é a divindade da morte e a guardiã dos cemitérios, para numerosas etnias indo-americanas” (Chevalier & Gheerbrant, 2001, p. 293). Na região Amazônica é famosa a crença de que a coruja conhecida como Rasga Mortalha tem o poder de anunciar a morte através de seus gritos. Seu epitáfio informa: “Aqui jazem os restos mortaes de Lourença do Rego Barros. Fallecida a 8 de maio de 1887. Recordação saudosa de seus filhos e nettos”.

Figura 6 – Túmulo de Manoel de Azevedo da Silva Ramos (1896)



Fonte: Fotografia de Fábio Augusto de C. Pedrosa (2019)

Manoel de Azevedo da Silva Ramos foi farmacêutico diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1881,²⁷ Deputado Provincial e abolicionista (Sousa; Souza; Bahia, 1908, p. 109). Foi proprietário da Farmácia Ramos, localizada na Rua Municipal, esquina com a Rua Barroso. Era filho de Manoel da Silva Ramos, fundador da imprensa no Amazonas, e irmão de Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, comerciante, renomado arqueólogo e membro fundador do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Faleceu em 16 de junho de 1896.

Seu túmulo, construído em mármore de Carrara e localizado na quadra 02 do cemitério, possui um belo anjo, em pé nas nuvens, que aponta para o alto. Acima do epitáfio está a figura de uma taça com uma serpente enrolada, símbolo da Farmácia. O anjo, mensageiro divino, elo entre o plano terreno e celeste, como explicou o historiador Michel Vovelle, sofreu profundas transformações no século XIX. Deixa de ser um querubim e torna-se um genuíno anjo da morte. Durante a Belle Époque sua representação modificou-se. Ele é representado como um anjo triunfante, de asas abertas, que aponta para o alto, às vezes com uma estrela na testa. O anjo evoca, de acordo com Tânia Andrade Lima, Antônio Motta e Maria Elizia Borges, a

²⁷ BN/RJ-HD. Amazonas, 08/02/1881, p. 03.

Ressurreição (Lima, 1994; Motta, 2010, p. 64; Borges, 2002, p. 184). Lima afirma que essa nova figura é um “evidente contraponto” com os anjos do período anterior, “de asas baixas, braços pendidos, atitudes de meditação” (Lima, 1994, p. 113). A estaticidade vai ser substituída pelo movimento, característica das esculturas do final do século XIX e início do século XX. O anjo do túmulo de Manoel de Azevedo da Silva Ramos aponta para o alto, indicando a esperança em outra vida e, de certa forma, o triunfo da sociedade burguesa manauara *fin de siècle*, cujo poderio e influência estava sendo eternizado no espaço cemiterial.

A taça com uma serpente enrolada tornou-se símbolo da Farmácia. A taça, de acordo com Chevalier e Gheerbrant, é símbolo da abundância e recipiente da poção da imortalidade. É através dela que são ingeridas bebidas como a água, o vinho, o leite e preparações médicas. Na História do Cristianismo, o Santo Graal foi a taça utilizada por Jesus Cristo na última ceia e com a qual José de Arimateia recolheu seu sangue durante a Crucificação. Esse objeto é importante para o Catolicismo, pois ele contém o Corpo e o Sangue de Cristo (Chevalier & Gheerbrant, 2001, p. 859). A serpente é associada desde a Antiguidade à saúde e à eternidade, pois troca periodicamente de pele renovando-se, e com seu veneno são produzidos remédios. Em seu epitáfio lemos: “Manoel de Azevedo da Silva Ramos. A 16 de Junho de 1896. Saudade de sua mãe D. Gesuina Bello e seu irmão Bernardo Ramos”.

Figura 7 – Túmulo de Eduardo Gonçalves Ribeiro (1900).



Fonte: Fotografia de Fábio Augusto de C. Pedrosa (2023)

Na galeria de homens ilustres do Amazonas, que contribuíram de diferentes formas para o seu engrandecimento, tornando-o reconhecido no Brasil e no mundo, figura em destaque Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900), personagem marcante na História do Estado no final do século XIX e que até hoje é lembrado pelo empenho que teve em transformá-lo em um dos mais prósperos do país. Eduardo Gonçalves Ribeiro nasceu na cidade de São Luís, na Província do Maranhão, em 18 de setembro de 1862. Como militar, foi transferido para o Amazonas, ocupando diferentes cargos. O mais destacado foi o de Governador, entre 02 de

novembro de 1890 e 05 de maio de 1891 e 27 de fevereiro de 1892 e 23 de julho de 1896. Em sua administração foram abertas ruas e avenidas, criados bairros, aterrados igarapés, erguidas escolas e construídos prédios monumentais como o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça (Corrêa, 2012)

Seu túmulo, construído em mármore de Carrara pela Marmoraria Ítalo-Amazonense, está localizado na quadra 02, pertencente à Santa Casa de Misericórdia. Ele é bastante simples levando em conta que o homenageado é um Ex-Governador que muito fez pelo Estado. É formado por uma campa tumular com uma cruz em baixo-relevo acima do epitáfio. Da campa parte uma base com uma coroa de louros no centro e, no topo, um busto realista do falecido representado com suas vestes de militar.

O busto, etimologicamente, possui relação com a morte e a memória. A palavra tem origem no latim *bustum*, nome do ritual romano em que os cadáveres eram cremados. Após a cremação, erguia-se um monumento no local. Essa representação artística da cabeça e do tronco superior foi utilizada por diferentes povos para homenagear pessoas de destaque, sendo largamente empregada na arte tumular entre os séculos XIX e XX (Borges, 2002, p. 195). Assim como outros jovens militares republicanos, Eduardo Ribeiro foi influenciado pelo Positivismo, o que também explica a escolha do busto para lhe homenagear, pois Auguste Comte recomenda, em seu *Catecismo Positivista*, que os túmulos fossem ornados com uma simples inscrição, estátua ou busto de acordo com a grandeza que a pessoa atingiu em vida (Comte, 1978, p. 183). Nesse busto, realista e bastante detalhado, o homenageado foi representado com seu fardamento militar. Em 1978 a Prefeitura de Manaus reconstruiu seu túmulo, fixando uma placa comemorativa: "Eduardo Ribeiro plantou a semente. Com o mesmo esforço e dedicação procuramos fazê-la brotar. Homenagem da Prefeitura de Manaus, 1978". Levando em conta o contexto dessa homenagem, que é o do Regime Militar, fica patente a tentativa de se estabelecer um vínculo com as glórias do passado e os feitos administrativos do presente.

O louro, explicam Chevalier e Gheerbrant, é uma planta que permanece verde no inverno e por isso está associado à imortalidade, sendo transformada pelos romanos em emblema da glória: "Arbusto consagrado a Apolo, simboliza a imortalidade adquirida pela vitória. É por isso que sua folhagem é usada para coroar os heróis, os gênios e os sábios. Árvore apolínea, significa também as condições espirituais da vitória, a sabedoria unida ao heroísmo" (Chevalier & Gheerbrant, 2001, p. 561). A coroa de louros foi utilizada como forma de reconhecer a glória de Eduardo Ribeiro, eternizado como o melhor Governador do Estado do Amazonas. O epitáfio, localizado na campa tumular, é simples: "A memória do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Saudades de seus amigos". Logo, verifica-se que não é feita nenhuma menção aos feitos do militar, do homem público, apenas as saudades dos que privaram de seu convívio.

Figura 8 – Jazigo da família Carneiro dos Santos (1912)



Fonte: Fotografia de Fábio Augusto de C. Pedrosa (2019)

No jazigo da família Carneiro dos Santos, localizado na quadra 07, estão sepultadas três pessoas: Adelaide Maquine dos Santos (12/05/1858-10/08/1909), José Carneiro dos Santos (15/02/1852-25/02/1928) e Claudio Carneiro dos Santos (21/07/1894-11/10/1939). O Coronel José Carneiro dos Santos, natural de Portugal, foi vereador, comerciante, tipógrafo, proprietário do jornal *Amazonas*, fundador do jornal *Diário de Manaus* e da livraria Parthenon do Norte, provedor da Santa Casa de Misericórdia de Manaus e tesoureiro do Banco do Amazonas. Naturalizou-se brasileiro em 1885.²⁸

Quando Adelaide Maquiné dos Santos, sua esposa, faleceu em 1909, ele tratou de encomendar um monumento em sua homenagem. A obra, em mármore de Carrara, ficou a cargo do escultor genovês Pietro Bacigalupo (1875-1924). Ela foi concluída em 1912. De acordo com publicações da época, ele representa a Fé. Assim o descreve o *Jornal do Commercio* em nota de 25 de maio de 1913:

*O bello monumento, representando a estátua da Fé, trabalhado em mármore pelo escultor genovez Pietro Bacigalupo, presentemente nesta cidade, aonde veio a fim de collocar a sua obra de arte sobre o tumulo da inditosa senhora D. Adelaide Maquiné dos Santos, esposa do coronel José Carneiro dos Santos.*²⁹

A Fé, uma virtude religiosa cara ao Cristianismo, sempre foi representada, nas artes, por figuras femininas. Na Igreja de Jesus, localizada em Roma, na Itália, encontramos a escultura *Triunfo da Fé sobre a idolatria*, produzida pelo escultor francês Jean-Baptiste Théodon (1645-1713). A Fé é representada por uma imponente figura feminina que triunfa sobre o pecado da

²⁸ Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital. Cincoenta annos de Amazonas. Coronel José Carneiro dos Santos. *Jornal do Commercio*, 22/11/1915, p. 01.

²⁹ BN/RJ-HD. *Jornal do Commercio*, 25/05/1913.

idolatria. No Cemitério Monumental de Staglieno, em Gênova, na Itália, existem esculturas representando a Fé que apresentam certa semelhança com a existente no Cemitério de São João Batista: São figuras femininas vestidas com túnicas, segurando uma grande cruz com uma mão, tendo na outra um livro ou cálice.

O monumento anauara consiste em uma figura feminina, semelhante a uma Madona, vestida com uma túnica e apoiada sobre uma rocha. A figura feminina segura uma grande cruz fincada nessa rocha, possivelmente uma alegoria à solidez da crença e da fé da família Caneiro dos Santos. Sobre a identificação do nome da família está fixado um cristograma clássico, o XP, que são as iniciais de Cristo em grego (ΧΡΙΣΤΟΣ). Suas dimensões o tornam um dos maiores do cemitério.

A obra de acigalupo gerou algumas controvérsias na cidade. No artigo *O esculptor Bacigalupo*, de Cesare Veronesi, proprietário da principal marmoraria de Manaus, a Ítalo-Amazonense, insinuou-se que o escultor genovês não dominava essa arte, pois era "um dos taes artistas que, tendo uma encomenda, fazem-na de outrem ou compram-na já feita, e se lhes pedirem esboçar um simples retrato em barro...dão parte de doente".³⁰ Esse texto tinha um tom de enfrentamento pela concorrência no serviço de produção de mausoléus e monumentos funerários, pois Cesare Veronesi o finaliza afirmando que resolveu fazer tal publicação no jornal A Capital

*tão somente para dar uma satisfação áquelles que nos honraram com suas valiosas encomendas, declarando-lhes que os mausoleus cuja execução nos foi confiada, têm sido esculpidos por artistas de renome, como o professor Franzoni de Carrara e que nunca serão reproduzidos para outros tumulos, ficando assim obras de verdadeiro valor.*³¹

Controvérsias à parte, o jazigo da família Carneiro dos Santos é um dos maiores e mais bonitos do cemitério. Em dezembro de 1914, a revista *Ilustração Brasileira*, do Rio de Janeiro, reproduziu uma fotografia da obra com a seguinte descrição: "Monumento representando a Fé, que se acha no cemitério de Manaus, no túmulo de D. Adelaide M. dos Santos, esposa do coronel José Carneiro dos Santos".³²

³⁰ BN/RJ-HD. *O esculptor Bacigalupo*. A Capital, 07/08/1917.

³¹ BN/RJ-HD. *O esculptor Bacigalupo*. A Capital, 07/08/1917.

³² BN/RJ-HD. *Revista Ilustração Brasileira*, RI, 16/12/1914.



Figura 9 – Túmulo do Coronel João Martins de Araújo (1926)



Fonte: Fotografia de Fábio Augusto de C. Pedrosa (2019)

O Coronel João Martins de Araújo nasceu em Maranguape, no Ceará, em 20 de novembro de 1859. Veio jovem para o Amazonas, iniciando suas atividades como comerciante no rio Aripuanã. Após anos de trabalho, constituindo uma pequena fortuna, fixou-se em Manaus. Sua patente de Coronel, como era de costume, foi conferida pela Guarda Nacional. Também foi proprietário de terras no interior, principalmente em Coari. Faleceu em 29 de abril de 1923.³³ Seu túmulo, elegante e de fino apuro artístico, localizado na quadra 06, foi construído em 1926 em mármore de Carrara pela Marmoraria Ítalo-Amazonense. É formado por uma estela funerária que possui a imagem em baixo-relevo de uma pranteadora lamentando-se debaixo de uma roseira. Na base dessa estela foi fixada uma pequena cruz negra.

Essa pranteadora foi representada em profundo estado de lamentação, com a cabeça apoiada sobre a mão, desolada pela perda do estimado comerciante João Martins de Araújo. Ela representa os sentimentos da esposa que ficou viúva, pois como bem pontuou a historiadora Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho, a mulher deveria continuar honrando e cultuando o marido falecido, em uma espécie de “viuvez eterna” (Carvalho, 2009, p. 109), pois ela era a guardiã da família, cujos laços, apesar da morte, jamais deveriam ser rompidos. Apesar de ter sido produzida na década de 1920, essa figura, assim como as da segunda metade do século XIX, foi representada segundo os parâmetros do Neoclassicismo. Sobre essa e outras figuras femininas, Márcio Páscoa e Carla Aires registram serem uma perfeita representação do ideal feminino da época (Páscoa & Martins, 2023, p. 05).

As flores são utilizadas por diferentes povos para simbolizar divindades, além de serem utilizadas em cultos e rituais, sendo associadas à vida e à morte, como destaca a antropóloga Miranda Bruce-Mitford (Bruce-Mitford, 2001, p. 50). Douglas Keister, pesquisador sobre os cemitérios históricos norte-americanos, vêem a rosa como um símbolo profundamente ligado ao Cristianismo:

³³ BN/RJ-HD. Os mortos. *Jornal do Commercio*, 01/05/1923.

a rosa vermelha se tornou um símbolo do martírio, enquanto a rosa branca simboliza a pureza. Na mitologia cristã, a rosa no Paraíso não tem espinhos, mas os adquiriu na Terra para lembrar o homem de sua queda em desgraça; no entanto, a fragrância e beleza da rosa sugere como é o Paraíso. Às vezes, a Virgem Maria é chamada de "rosa sem espinhos" por causa de que ela era isenta do pecado original (Keister como citado em Carvalho, 2015, p. 317).

Dessa forma, percebe-se que a figura da pranteadora forma um interessante conjunto ao lado da roseira, representando, ao mesmo tempo, o sofrimento pela perda de um ente querido que é atenuada pela esperança no pós-morte, com a recompensa do Paraíso para aqueles que se mantiveram, em vida, fiéis aos ensinamentos da religião cristã. A pequena cruz negra encontrada abaixo da estela reforça essa ideia. Seu epitáfio é simples, trazendo o nome e a data de falecimento: "Aqui jaz João Martins de Araújo. Falecido a 30 de abril de 1923. Saudosa recordação de sua esposa e filho".

Figura 10 – Jazigo de Silvério José Nery e família (1934)



Fonte: Fotografia de Fábio Augusto de C. Pedrosa (2019)

A família Nery foi uma das mais poderosas oligarquias do Amazonas entre o final do século XIX e a segunda metade do século XX, elegendo vários de seus membros, deputados, governadores, interventores e prefeitos em diferentes momentos. Um deles foi Silvério José Nery (1858-1934), nascido no município de Coari. Realizou seus primeiros estudos em Manaus, seguindo posteriormente para o Rio de Janeiro, onde cursou Agrimensura na Escola Militar. De volta ao Amazonas, trabalhou por algum tempo com a demarcação de terras. Casou-se com Maria Maquiné da Silva Nery, de cujo consórcio nasceram seis filhos.

Assim como outros homens de sua família, entrou cedo na política. Ainda nos tempos do Império, foi vereador de Manaus e deputado provincial. Já na República, foi eleito e reeleito várias vezes deputado estadual e federal, chefe de partido, senador e secretário do senado. É mais conhecido por ter sido governador do Estado do Amazonas entre 1900 e 1903. Em sua administração centralizou o governo, anulou contratos considerados onerosos, inaugurou o

Museu de Numismática; o Laboratório de Análises Químicas, Bromatológicas e Toxicológicas; novas linhas de navegação para o interior; tornou obrigatório o beneficiamento de borracha em Manaus; cumpriu o pagamento dos vencimentos dos funcionários públicos; e, instalou o moderno porto da capital (Bittencourt, 1973, p. 459-461).

Deixou o governo em 1903, antes do término do mandato, para que seu irmão, Antônio Constantino Nery, pudesse assumir o cargo de governador, pois naquele período a sucessão governamental não poderia ocorrer entre parentes. O vice-governador, Monsenhor Coutinho, assumiu, ficando até 1904, quando Constantino Nery foi eleito governador. Retornou ao Senado Federal em 1904, desempenhando a função em sucessivos mandatos até 1930, quando ocorre o Golpe de Estado de Getúlio Vargas (Bertarelli, s. d.). Faleceu em Manaus em 23 de junho de 1934.

Seu jazigo está localizado na quadra 11. Além de Silvério, nele estão enterrados Maria Maquiné da Silva Nery (1868-1940), esposa; Silvério José da Silva Nery (1900-1971), filho; e Júlio Nery, filho, que atuou como Interventor Federal na década de 1940. É um jazigo vertical, com carneira de alvenaria e cabeceira, busto do falecido e uma cruz feita de mármore de Carrara. Como dito em outra ocasião, o busto é uma peça que foi largamente utilizada na arte tumular entre os séculos XIX e XX, tendo influência do Positivismo. A cabeça, explica Miranda Bruce-Mitford, é o receptáculo da vida, e por isso a parte mais importante do corpo, representando, para alguns grupos, fertilidade e poder (Bruce-Mitford, 2001, p. 73). No epitáfio lemos: Silvério José Nery, 08 de outubro de 1858 – 22 de junho de 1934. Saudade de sua esposa e filhos. Maria M. da Silva Nery, 07 de agosto de 1860 – 18 de outubro de 1940. Gratidão de seus filhos”.

Ele chama atenção pela simplicidade, pois trata-se do monumento fúnebre de um membro da elite local, detentora de poder político e econômico. Seria questão de gosto, reflexo da crise econômica que se abateu sobre o Estado do Amazonas ou mudanças na estética e simbologia tumular? Pode-se pensar na conjugação dessas causas. A crise acarretou mudanças nos gostos estéticos da elite, que a partir da década de 1930 passou a optar por túmulos e jazigos destituídos de significados mais profundos, mas nem por isso baratos, pois os materiais utilizados, mármore de Carrara, Lioz, e metais como bronze, ainda ficaram por muito tempo restritos a uma parte da sociedade.

Considerações finais

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Manaus e sua sociedade passaram por profundas transformações. A cidade foi reestruturada para funcionar como um grande polo comercial de importação e exportação de gêneros primários, com destaque para a borracha. Era a modernidade que chegava ao antigo povoado erguido na segunda metade do século XVII, e que até então vivia em um ritmo provinciano. Tudo estava por fazer. Porto, hospitais, escolas, mercados e, para descanso dos mortos, um cemitério digno da grandeza da ‘Paris dos Trópicos’. Tendo em vista o processo de secularização em curso Brasil, na transição da Monarquia para a República, concluiu-se que a mudança na jurisdição dos cemitérios, que saíram da alçada da Igreja para a do Estado, teve influência marcante nas formas tumulares,



possibilitando a construção de obras profanas/seculares, ligadas a valores diversos dos religiosos, mas nem por isso deles desvinculadas.

Na dinâmica administração do Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, foi inaugurado em 05 de abril de 1891, no então bairro do Mocó, o Cemitério de São João Batista. Assim como a urbe, surgiu de forma simples, ganhando melhoramentos com o passar dos anos. As cercas de madeira deram lugar aos muros com gradis de ferro importado. O velho necrotério deu lugar a uma capela de estilo neogótico. Em síntese, o poder público investiu pesado no embelezamento desta necrópole, transformada pela elite política, econômica e cultural como local de afirmação de poder/status e culto à memória. Não foi um caso isolado. No Ocidente, desde o início do século XIX, os cemitérios públicos tornaram-se locais monumentais, com túmulos e jazigos artisticamente construídos. Entre 1926 e 1932, túmulos, jazigos e restos mortais do antigo Cemitério de São José (1856-1891) foram transferidos para o São João Batista, o que possibilitou o estudo dos artefatos da segunda metade do século XIX. Estado e elite, mantendo relações bastante imbricadas, trabalharam no processo de monumentalização do Cemitério de São João Batista. O Estado através de melhoramentos, reformas, adequações, e a elite com a aquisição de obras tumulares que passaram a embelezar suas ruas e quadras.

Através do estudo dos túmulos e jazigos, aqui entendidos como monumentos, foi possível conhecer com mais clareza a elite amazonense entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, e suas concepções de vida e morte. As obras tumulares do período que vai de 1860 a 1880, oriundas do Cemitério de São José, foram construídas em mármore de Lioz, indicando a origem portuguesa. Em uma delas foi encontrada a assinatura das Oficinas de Germano José de Salles & Filhos, localizada na Rua do Arsenal, em Lisboa. Manaus só vai ter uma marmoraria especializada em 1898. Até aquela data os mais afortunados recorriam às oficinas de cantaria europeias e paraenses. Repousam nesses sepulcros membros da elite provincial, formada por militares de alta patente, comerciantes, profissionais liberais e seus dependentes (filhos e esposas).

O Neoclássico é o estilo dominante, com obeliscos, colunas, frontões e figuras trajadas como na Antiguidade greco-romana. Os símbolos, que são as ampulhetas aladas, foices, oroboros (serpentes), flores de Perpétua e Saudade e aves como a coruja, dizem respeito à consumação do tempo, à colheita da vida e ao sono da morte. Os anjos são representados esbeltos, assexuados, com expressões serenas, reflexivas e com as asas baixas. As pranteadoras assemelham-se à Virgem Maria, tendo suas expressões contidas. Por longos séculos, desde a Idade Média, a morte, apesar de temida, foi enfrentada com serenidade. Uma série de ritos fúnebres traduzia o momento. No entanto, por volta de 1800 ela começa a ser encarada com maior dificuldade. Não a própria morte, mas a de amigos e familiares. A morte do outro, assim chamada por Ariès, aflorou a dor da perda e o sentimento de saudade, dando origem ao culto dos cemitérios, onde os falecidos seriam eternizados através de túmulos e jazigos. A pedra reflete o estado da alma.

Por fim, conclui-se que as obras tumulares do Cemitério de São João Batista, construídas entre 1890 e 1930, atestam mudanças nas concepções de vida e morte da elite amazonense, nessa nova fase formada por seringalistas, aviadores, grandes comerciantes,



burocratas, políticos, militares, médicos, farmacêuticos, engenheiros, advogados e magistrados. O cemitério tornou-se o espaço utilizado por ela para expressar seu poderio econômico, político e cultural através de monumentos fúnebres artisticamente construídos, assinados por artistas renomados e encomendados a marmorarias especializadas, com destaque para a Ítalo-Amazonense, responsável pela maior parte dos trabalhos aqui analisados. Essas construções não são apenas símbolos de poder, mas de uma imortalidade subjetiva, oriunda da corrente filosófica Positivista, em voga no período, que defendia que os homens continuavam vivos enquanto fossem lembrados. O Neoclássico passou a dividir espaço com os estilos *Art Nouveau* e Eclético. Os símbolos escatológicos praticamente desaparecem, dando lugar a signos relacionados à ressurreição, à fé, à glória, à força e à nobreza. As esculturas ganham movimento, lembrando o estudo de Tânia Lima. Os anjos, agora com feições femininas, são representados triunfantes, de asas abertas e apontando para o alto. As mulheres, representadas como pranteadoras e a Virgem Maria, desempenham a função de guardiãs da família, neste e no outro mundo. A cidade dos mortos reflete, nessa nova fase, o ideário burguês da *Belle Époque*.

Dessa forma, a elite amazonense, mergulhando de corpo e alma na *Belle Époque* e nos valores da modernidade e intervindo tanto na cidade dos vivos quanto na dos mortos, transformou o Cemitério de São João Batista em um espaço genuíno de culto à memória e exaltação da vida.

Referências bibliográficas

Ariès, P. (1989). *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa (PT): Teorema.

Bertarelli, M. E. Silvério José Nery. Verbetes – Primeira República. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NERY,%20Silv%C3%A9rio%20%20Jos%C3%A9.pdf>

Bittencourt, A. (1973). *Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado*. Rio de Janeiro: Conquista.

Borges, M. E. (2002). *Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: Editora C/Arte.

Bruce-Mitford, M. (2001). *O livro ilustrado dos símbolos: o universo das imagens que representam as ideias e os fenômenos da realidade*. Trad. de Fernando Wizard, Maria Ção Rodrigues. São Paulo: Publifolha.

Castro Santos, L. A. (1994). Um século de Cólera: Itinerário do Medo. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, 4 (1), 79-110.

Chalhoub, S. (1996). *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.

Corbin, A. (1987). *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Trad. Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras.



Carvalho, L. F. N. (2009). *A Antiguidade Clássica na Representação do Feminino: Pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930)*. [Dissertação (Mestrado em História, Teoria e Crítica da Arte), Instituto de Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre].

Carvalho, L. F. N. de. (2015). *História e Arte Funerária dos Cemitérios São José I e II em Porto Alegre (1888-2014)*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Porto Alegre].

Chevalier, J., & Gheerbrant, A. (2001). *Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)*. Coord. Carlos Sussekind. Trad. Vera da Costa e Silva. 16° ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

Corrêa, L. de M. (2012). *O Nascimento de uma Cidade: Manaus 1890 a 1900*. 2° Ed. Manaus: Academia Amazonense de Letras/Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura.

Comte, A. (1978). Catecismo Positivista. In *Auguste Comte*. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores).

Cymbalista, R. (2002). *Cidade dos vivos: Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume.

Duarte, D. M. (2009). *Manaus entre o passado e o presente*. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm.

Daou, A. M. (2000a). *A Belle Époque Amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Daou, A. M. (2000b). Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, VI (Supl), 867-888.

Dias, E. M. (2007). *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. 2° ed. Manaus: Editora Valer.

Foucault, M. (1979). O nascimento da medicina social. In *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Ferreira, M. F. S. M. (1996). A Luta Contra os Cemitérios Públicos no Século XIX. *Ler História*, 30, 19-35.

Franco, M. C. V. (2019). *De campo santo à necrópole monumentalizada: o processo de criação e transformação do Cemitério Público de Campos dos Goytacazes no século XIX*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História].

Freyre, G. (2003). *Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48° ed. São Paulo: Global.

Garcia, E. (2022). *Manaus e seus cemitérios: histórias de vidas e legados*. Manaus: Concultura/ Norma Editora.

Gomes, O. C. (1953). A medicina do século XVII - As descobertas científicas - os iatrofísicos e os iatroquímicos - Thomas Sydenham e o neohipocratismo seiscentista. *Revista de História*, São Paulo, ano 4, 6 (13), 85-122.



Gomes, A. (2014). O processo de secularização do Brasil no limiar da República e a criminalização do espiritismo. *Sacrilegens – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião – UFJF*, 10 (1), 83-93.

Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP.

Lima, T. A. (1994). De morcegos e caveiras a cruces e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 2 (1), 87-150.

Martins, C. M. M. A. (2021). *Representação na Cidade dos Mortos: uma análise da escultura tumular em Manaus durante o período da borracha*. [Dissertação Mestrado Letras e Artes, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus].

Mendonça, M. R. de L. (2008). *Administração do Coronel Lisboa*. Manaus: Edições Muiraquitã, 2008.

Motta, A. (2009). Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24 (71), 73-93.

Motta, A. (jan./jun. 2010). Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, 33, 55-80.

Mendes, C. de M. (2016). *A cantaria de Lioz na arquitetura funerária de Salvador no século XIX*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador].

Nagel, C. M. O. (2011). A Morte e o Morrer na “Paris dos Trópicos”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo.

Páscoa, M., & Martins, C. M. M. A. (2019). Os Guardiões de Pedra da Cidade dos Mortos: escultura tumular na Manaus da Belle Époque. *Revista M. Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer*, 4 (8), 280-305.

Páscoa, M., & Martins, C. M. M. A. (2022). O espaço cemiterial e a urgência da modernidade: Manaus 1854-1906. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, Rio de Janeiro, ano 183, 489, 57-90.

Páscoa, M., & Martins, C. M. M. A. (2023). Representações de mulheres na arte tumular do Cemitério de São João, Manaus/Amazonas: imaginário social da *belle époque* e a emancipação feminina. *Revista M. Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer*, 8 (15).

Rodrigues, C. (1997). *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.

Rodrigues, C. (2014). A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, (8), 257-278.

Rodrigues, P. A. C. (2014). *Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA*. [Dissertação de Mestrado, IPHAN, Rio de Janeiro].



Reis, J. J. (1991). *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.

Reis, J. J. (1997). O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista. In L. F. Alencastro (org). *História da Vida Privada no Brasil* (vol. 2). São Paulo: Cia. das Letras.

Silva, E. S., Lins, G. A., & Castro, E. M. N. V. (2017). Historicidade e olhares sobre o processo saúde-doença: uma nova percepção. *Sustinere: Revista de Saúde e Educação*, 4 (2), 171-186.

Saraiva, M. R. de B. (2007). *Pinduricalhos da memória: usos e abusos dos obeliscos no Brasil (séculos XIX, XX e XXI)*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades ibéricas e americanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].

Sousa, J. B. de F., Souza, A. M. de, & Bahia, A. (1908). *A Imprensa no Amazonas, 1851-1908*. Manaus: Typographia da Imprensa Official. Biblioteca Mário Ypiranga – Centro de Documentação e Memória da Amazônia (CDMAN).

Vovelle, M. (1997). *Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Editora Ática.

Vailati, L. L. (2012). Representações da Morte Infantil durante o século XIX no Rio de Janeiro e na Inglaterra: Um esboço comparativo preliminar. *Revista de História*, São Paulo, 167, 261-294.

Recebido em: 27 de julho de 2023

Aprovado em: 08 de março de 2024

